

COMUNICADO

Em conformidade com a Lei Complementar nº 846, de 04-6-1998

Balanco Patrimonial - Ambulatório Médico de Especialidades de Taboão da Serra - AME Taboão da Serra - SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina

SPDM – AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES (AME) DE TABOÃO DA SERRA

CNPJ: 61.699.567/0029-93



Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, estamos publicando as Demonstrações Contábeis Individuais da Unidade Gerenciada: **SPDM – AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES DE TABOÃO DA SERRA**. As Atas de Reuniões com o Parecer sobre a aprovação das contas e demonstrativos contábeis emitidos pelo Conselho Fiscal da SPDM, Assembleia Geral de Associados da SPDM e Parecer de Auditoria Independente, serão publicados em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM, até 30 de abril de 2023. São Paulo, 28 de Fevereiro de 2023.

Demonstrações Contábeis Comparativo dos Balanços Patrimoniais Exercícios encerrados em 31 de Dezembro			Comparativo das Demonstrações dos Resultados dos Períodos Exercícios encerrados em 31 de dezembro			
Valores em Reais			Valores em Reais			
	2022	2021	2022	2021		
ATIVO					DESCRICO	
ATIVO CIRCULANTE	15.405.702,58	16.330.271,48	17.248.906,73	16.510.989,30	(=) RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS	
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	114.482,77	5.930,03	185.350,80	314.786,45	(+) Serviços – Saúde	
Bancos conta movimento (Nota 3.1)	1.033,27	397,47	185.350,80	314.786,45	Secretaria de Estado da Saúde (Nota 4.1)	
Aplicações Financeiras (Nota 3.2)	113.449,50	5.532,56			Isonção usufruída - INSS Serv. Próprios (Nota 9.1)	
CONTAS A RECEBER CURTO PRAZO – SAÚDE (Nota 3.3)	15.010.641,85	16.099.197,87	1.157.100,49	1.545.900,67	Isonção usufruída - COFINS (Nota 9.2)	
Vlr a Receber Secretaria de Estado da Saúde (Nota 3.3.1)	14.998.032,00	14.421.180,00	1.678.007,40	1.517.026,90	Isonção usufruída - PIS Folha de Pagamento (Nota 9.3)	
Valores em Negociação – Contrato (Nota 3.3.2)	0,00	1.662.486,33	Salários a pagar (Nota 3.11)	478.371,15	Trabalho Voluntário Estatutário (Nota 10)	
OUTROS CRÉDITOS (Nota 3.4)	12.609,85	15.531,54	Contribuições a recolher (Nota 3.12)	102.364,89	(+) Outras Receitas Operacionais	
Antecipação de férias (Nota 3.4.1)	12.482,10	15.440,98	Provisão de férias e encargos (Nota 3.13)	829.999,59	Estrutura SPDM	
Valor transitável (Nota 3.4.2)	127,75	39,49	Provisão de FGTS sobre férias (Nota 3.13)	66.100,65	(=) RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS PRESTADOS	
Antecipação salarial – Insuficiência de saldo	0,00	51,07	Impostos a recolher (Nota 3.14)	197.345,03	(+) Receitas Gerais	
DESPESAS PAGAS			Benefícios (Nota 3.15)	3.826,09	Outras Receitas	
ANTECIPADAMENTE (NOTA 3.5)	599,50	428,10	TRIBUTOS	79.636,65	Descontos Recebidos	
Prêmios de seguros e outros a vencer	599,50	428,10	Obrigações Tributárias (Nota 3.16)	79.636,65	Financeiras	
ESTOQUES (Nota 3.6)	279.978,46	224.715,48	CONTAS A PAGAR	14.148.811,39	Doações Recebidas (Nota 4.2)	
Materiais nutrição	5.682,39	2.986,17	Valores a Realizar – Contrato (Nota 3.17)	14.059.339,12	(=) RECEITA LÍQUIDA	
Medicamentos	27.104,19	22.412,08	Outras contas a pagar (Nota 3.18)	1.091,14	(-) CUSTOS OPERACIONAIS	
Materiais Médicos e Outros Materiais de Consumo	166.997,52	145.540,27	Estrutura SPDM	8.186,77	(-) Serviços	
Materiais de Terceiros (Nota 3.6.1)	80.194,36	53.776,96	Operações c/ Mat. de Terceiros (Nota 3.6.1)	80.194,36	(-) Serviços - Pessoal Próprio	
ATIVO NÃO CIRCULANTE	21.948.616,09	36.097.175,42	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	21.948.616,09	(-) Serviços - Terceiros P. Jurídica	
Realizável a Longo Prazo	21.207.600,00	35.346.000,00	RECURSOS CONVÊNIO EM EXECUÇÃO – SAÚDE	21.948.616,09	(-) Manutenção e Conservação	
Contratos Públicos a Receber (Nota 3.7)	21.207.600,00	35.346.000,00	Imobilizado – Bens de Terceiros (Nota 3.8)	2.903.292,79	(-) Medicamentos e Materiais	
ATIVO IMOBILIZADO – BENS DE TERCEIROS	598.175,60	602.505,33	Ajuste vida útil econ. – Bens Móveis e Intangíveis (Nota 3.8.1)	-3.162.276,70	(-) Mercadorias	
Imobilizado – Bens de Terceiros (Nota 3.8)	3.718.187,39	3.556.162,20	CONTRATOS PÚBLICOS A REALIZAR (NOTA 3.7)	21.207.600,00	(-) Gratuidades	
Ajuste de vida útil econômica – Bens Móveis (Nota 3.8.1)	-3.120.011,79	-2.953.656,87	TOTAL DO PASSIVO	39.197.522,82	(-) Isonção usufruída - INSS Serv. Próprios (Nota 9.1)	
Ativo Intangível – Terceiros	142.840,49	148.670,09	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 5)	-1.843.204,15	(-) Isonção usufruída - PIS Folha de Pagamento (Nota 9.3)	
Intangível de Terceiros (Nota 3.8)	185.105,40	185.105,40	Ajustes de Exercícios Anteriores	-1.662.486,33	(-) Outros Custos Operacionais	
Ajuste de vida útil econômica – Intangíveis (Nota 3.8.1)	-42.264,91	-36.435,31	Resultado de Exercícios Anteriores	-180.717,82	(-) Tributos	
TOTAL DO ATIVO	37.354.318,67	52.427.446,90	Resultado no período – Superávit/Déficit – Saúde (nota 6)	0,00	(-) Custos Financeiros	
Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios encerrados em 31 de dezembro	Valores em Reais	Valores em Reais	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	37.354.318,67	(-) Bens Permanentes de Terceiros	
	2022	2021	Comparativo Das Demonstrações Do Valor Adicionado Exercícios encerrados em 31 de dezembro	52.427.446,90	(-) DESPESAS OPERACIONAIS	
	2022	2021	Valores em Reais	2022	(-) Serviços (Nota 4.4)	
Fluxos de caixa das atividades operacionais			1 – RECEITAS	17.588.337,08	(-) Serviços - Pessoal Próprio	
Superávit/Déficit do exercício/período	0,00	0,00	1.1) Prestação de serviços	14.880.927,05	(-) Serviços - Terceiros P. Jurídica	
Ajustes p/ conciliar resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais			1.2) Subvenções e outras receitas operacionais	0,00	(-) Manutenção e Conservação	
Depreciação e amortização	0,00	0,00	1.3) Outras Receitas	2.346,08	(-) Trabalho Voluntário Estatutário (Nota 10)	
Resultado na venda/baixa de ativ. imobiliz.	0,00	0,00	1.4) Isonção usufruída sobre contribuições	2.705.063,95	(-) Medicamentos e Materiais	
Ajuste nas contas do Patrimônio Líquido	-1.662.486,33	0,00	2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui ICMS e IPI)	5.252.822,32	(-) Mercadorias	
Variações nos ativos e passivos			2.1) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações	520.306,83	(-) Tributos	
(Aumento) Redução em contas a receber	1.085.634,33	-1.001.084,00	2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	4.609.573,61	(-) Impostos Taxas e Contribuições	
(Aumento) Redução outros créditos	14.141.321,69	-11.163.394,22	2.3) Perda / Recuperação de valores ativos	12.525,19	(-) Gratuidades	
(Aumento) Redução de desp. antecipadas	-171,40	131,32	2.4) Outros	110.416,69	(-) Isonção usufruída - INSS Serv. Próprios (Nota 9.1)	
(Aumento) Redução em estoques	-28.845,58	7.151,08	3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	12.335.514,76	(-) Isonção usufruída - COFINS (Nota 9.2)	
Aumento (Redução) em fornecedores	-518.235,83	1.110.815,05	4 - RETENÇÕES	0,00	(-) Isonção usufruída - PIS Folha de Pagamento (Nota 9.3)	
Aumento (Redução) nas doações e subvenções/Contratos de gestão	-13.065.992,18	-11.131.079,05	4.1) Depreciação, amortização e exaustão	0,00	(-) Outras Despesas Operacionais	
Aumento (Red.) ctas. a pagar e provisões	157.328,04	-145.273,78	5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	12.335.514,76	(-) Financeiras	
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	-10.159,33	117.301,42	6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	0,00	(-) Bens Permanentes de Terceiros	
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	98.393,41	121.356,26	6.1) Receitas financeiras	0,00	(-) Estrutura SPDM	
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			7 - VALOR ADICIONADO TOTAL (5+6)	12.335.514,76	(=) TOTAL DAS DESPESAS	
(+) Recebimento p/ venda de ativo imobiliz.	0,00	0,00	8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	12.126.142,09	(=) APURAÇÃO RESULTADO PERÍODO - SUPERÁVIT/DÉFICIT (Nota 6)	
(-) Adição de Bens de Terceiros	10.159,33	-117.301,42	8.1) Pessoal e encargos	9.256.872,25	0,00	
(-) Adição de bens intangíveis	0,00	0,00	8.2) Impostos, taxas e contribuições	528,23	0,00	
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	10.159,33	-117.301,42	8.3) Juros	2.583,92	0,00	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			8.4) Aluguéis	370.757,18	0,00	
Captação de Empréstimos e financiamentos	0,00	0,00	8.5) Isonção usufruída sobre contribuições	2.705.063,95	0,00	
(-) Pagtos. de Empréstimos e financiamentos	0,00	0,00	8.6) Déficit ou Superávit do Exercício	0,00	0,00	
Juros pagos por empréstimos	0,00	0,00	Comparativo das Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL Exercícios encerrados em 31 de Dezembro	Valores em Reais		
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos	0,00	0,00				
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	108.552,74	4.054,84				
Saldo inicial de Caixa e Equivalente	5.930,03	1.875,19				
Saldo final de Caixa e Equivalente	114.482,77	5.930,03				
Descrição	Nota	Patrimônio social	Avaliação de Avaliação cia recebidas	Realização Transferên- Ajuste de Superávit / Exercícios Anteriores	Déficit Superávit	Total
Saldo 31.12.2020	5	0,00	0,00	0,00	-180.717,82	0,00
Incorporação ao Patrimônio Social						0,00
Realização da Avaliação Patrimonial Exercício Anteriores						0,00
Transferência para o Patrimônio						0,00
Transferências Recebidas						0,00
Transferências Enviadas						0,00
Realização do APP						0,00
Ajustes de Exercícios Anteriores				180.717,82	-180.717,82	0,00
Superávit/(Déficit) do Exercício						0,00
Saldo 31.12.2021	5	0,00	0,00	0,00	-180.717,82	0,00
Incorporação ao Patrimônio Social						0,00
Realização da Avaliação Patrimonial Exercício Anteriores						0,00
Transferência para o Patrimônio						0,00
Transferências Recebidas						0,00
Transferências Enviadas						0,00
Realização do APP						0,00
Ajustes de Exercícios Anteriores				-1.662.486,33	-1.662.486,33	0,00
Superávit/(Déficit) do Exercício						0,00
Saldo 31.12.2022	5	0,00	0,00	0,00	-1.662.486,33	0,00

CONTEXTO OPERACIONAL, NORMAS E CONCEITOS GERAIS APLICADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

objeto a Operacionalização da Gestão e Execução das Atividades e Serviços de Saúde em conformidade com os Anexos que integram o instrumento. Inaugurado em 10 de maio de 2012 iniciou suas atividades em abril de 2012, através de Contrato de Gestão assinado com a Secretaria de Estado da Saúde do Estado de São Paulo em 16 de julho de 2010. Sendo referência para a região de Taboão da Serra e Embu das Artes, além de abranger mais de 15 municípios no entorno, como: Osasco, Jiquitiba, Vargem Grande Paulista, Cotia e Itapeverica da Serra, atendendo. Visa agilidade dos processos Administrativos, com orçamento baseado em metas quantitativas e qualitativas com rígido controle do Estado. Em abril de 2014 foi implementado pela Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, ações de detecção precoce e tratamento dos dois principais agravos (Câncer de Próstata e Doenças Cardiovasculares) na população masculina acima de 50 anos – Programa “Filho que Ama, Leva seu Pai ao AME”, com horário ampliado para os sábados e consultas de Enfermagem, Urologia e Cardiologia. Atualmente a Unidade Gerenciada está operacionalizando o terceiro Contrato de Gestão SPDOC nº 511844/2020, a partir da Resolução SS - 90 de 18 de junho de 2020, que objetiva a operacionalização da gestão, apoio a gestão e execução das atividades e serviços de saúde, assinado em 01 de julho de 2020 com prazo de 5 (cinco) anos, com período de vigência de 01/07/2020 a 30/06/2025 e valor global do contrato de R\$ 70.692.000,00 (setenta milhões e seiscentos e noventa e dois mil reais). Em julho de 2020 houve a implantação dos novos serviços no Ambulatório Médico de Especialidades de Taboão da Serra, quando o AME Taboão da Serra se tornou AME+. Assim, a partir do segundo semestre de 2020 o AME passou a realizar procedimentos cirúrgicos classificados como Cirurgia Ambulatorial Maior (CMA). Em 2021 a unidade recebeu os repasses para atendimento dos Programas Especiais de Oncologia e Oftalmologia. No exercício de 2022 a unidade recebeu o Termo de Aditamento nº 01/2022 correspondente ao repasse anual de Custeio, no valor R\$ 14.421.180,00 (quatorze milhões, quatrocentos e vinte e um mil e cento e oitenta reais); o Termo de Aditamento nº 02/2022 referente ao Programa Especial Oftalmologia de R\$ 99.600,00 (noventa e

► **continuação** estrutura das contas a serem utilizadas de maneira uniforme para representar o estado patrimonial da entidade, e de suas variações, em um determinado período. Nesse sentido a função e o funcionamento das contas serão utilizados, conforme a codificação do plano de contas. **3.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa** Os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias. Os recursos financeiros disponíveis para a Unidade Gerenciada são mantidos em conta corrente bancária oficial e representam em 31.12.2022 o montante de R\$ 114.482,77.

	Saldo em R\$	Saldo em R\$
Caixa e Equivalente de Caixa	31.12.2022	31.12.2021
Saldo em Caixa	0,0	0,0
Saldo em Banco	1.033,27	397,47
Saldo Aplicação Financeira	113.449,50	5.532,56
Caixa e Equivalentes de Caixa	114.482,77	5.930,03

Os recursos financeiros são controlados de acordo com sua natureza (Custeio e/ou Investimento), permitindo a identificação por tipo de verba (Municipal, Estadual ou Federal), assim como sua origem (identificação do instrumento contratual celebrado).

	Saldo em R\$	Saldo em R\$
Natureza, Tipo de Verba e Origem dos Recursos	31.12.2022	31.12.2021
Custeio – Recurso Estadual	114.482,77	5.930,03
Contrato de Gestão SPDOC nº 511844/2020	114.482,77	5.930,03
Investimento – Recurso Estadual	0,00	0,00
Contrato de Gestão SPDOC nº 511844/2020	0,00	0,00
TOTAL DE RECURSOS DISPONÍVEIS	114.482,77	5.930,03

3.2 - Aplicações Financeiras As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço, com base no regime de competência. As aplicações são referenciadas como sendo com restrição uma vez que os valores encontram-se aplicados por força de contrato de gestão cujo rendimento reverte em favor do contratante e não da SPDM.

Instituição Financeira	Tipo de Rentabilidade Aplicação	no mês%	31.12.2022	31.12.2021
Banco do Brasil e BB Reaplic.	CDB/RDB	7,67%	113.449,50	5.532,56

3.3 - Contas a Receber - Curto Prazo A prática contábil adotada é pelo regime de competência para registro das mutações patrimoniais. Conforme NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais e ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, a Entidade passou a constituir provisionamentos e outros valores a receber referentes às execuções de seus contratos de gestão, convênios e outros tipos de Assistências Governamentais para que quando do reconhecimento no resultado, não traga desequilíbrio entre receitas e despesas provisionadas. **3.3.1 - Valores a Receber** Os valores registrados nesta conta em 31.12.2022 representam valores a receber de curto prazo, relativos ao Contrato de Gestão SPDOC nº 511844/2020, proveniente da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, e totalizaram o montante de R\$ 14.998.032,00. **3.3.2 - Valores em Negociação – Contrato/Convênio** Por conta do modelo de gestão das organizações sociais de saúde, a instituição se valeu da Norma NBC – ITG 2002 (R1) Entidade sem Finalidade de Lucros, Item 17 e 27(d), para registrar valores que serão restituídos ou compensados pelo órgão contratante até o final do Contrato, a título de reequilíbrio econômico da instituição. A instituição não se limita apenas ao reconhecimento de valores a receber

Demonstrativo da movimentação do Ativo Imobilizado e Intangível - Bens de Terceiros				
Descrição	Posição em 31/12/2021	Aquisição	Baixa	Posição em 31/12/2022
Apar Equip Utens Med Odont Lab	2.538.295,86	44.500,00	0,00	2.582.795,86
Equip Processamento de Dados	211.546,18	0,00	0,00	211.546,18
Mobiliário em Geral	421.949,25	1.680,00	0,00	423.629,25
Máq Utens e Equip Diversos	136.249,93	10.845,19	0,00	147.095,12
Aparelhos de Medição	40.289,55	105.000,00	0,00	145.289,55
Apar e Equip Comunicação	21.660,23	0,00	0,00	21.660,23
Apar e Utens Domésticos	16.185,6	0,00	0,00	16.185,6
Máquinas e Equip Energéticos	122.500,00	0,00	0,00	122.500,00
Equip p/Audio Vídeo e Foto	37.465,55	0,00	0,00	37.465,55
Outros Materiais Permanentes	9.569,62	0,00	0,00	9.569,62
Máquinas Ferramentas Utensílios de Oficina	450,43	0,00	0,00	450,43
Intangível - Softwares	185.105,40	0,00	0,00	185.105,40
Imobilizado e Intangível - Bens de Terceiros	3.741.267,60	162.025,19	0,00	3.903.292,79

O valor das aquisições de bens móveis adquiridos com os recursos do contrato de gestão em 2022 foi de R\$ 12.525,19 e equipamentos doados pela Secretaria de Estado da Saúde no montante de R\$ 149.500,00. Solicitamos o Termo de Permissão de Uso dos Bens Móveis dos equipamentos com exclusiva finalidade de sua utilização na realização de atividades e serviços de

Demonstrativo da Movimentação do Ajuste de Vida Útil Econômica Bens de Terceiros					
Descrição	Posição em 31.12.2021	Baixa	Ajuste de Vida Útil	Posição em 31.12.2022	Taxas anuais médias de ajuste %
Apar Equip Utens Med Odont Lab	(2.050.328,43)	0,00	(123.875,41)	(2.174.203,84)	10,00
Equip Processamento de Dados	(193.828,32)	0,00	(4.383,84)	(198.212,16)	5,00
Mobiliário em Geral	(379.356,18)	0,00	(13.740,40)	(393.096,58)	10,00
Maq Utens e Equip Diversos	(106.970,67)	0,00	(9.092,12)	(116.062,79)	10,00
Aparelhos de Medição	(33.784,19)	0,00	(10.809,88)	(44.594,07)	10,00
Apar e Equip Comunicação	(21.660,01)	0,00	(0,22)	(21.660,23)	10,00
Apar e Utens Domésticos	(12.898,35)	0,00	(943,28)	(13.841,63)	10,00
Máquinas e Equip Energéticos	(121.557,93)	0,00	(942,07)	(122.500,00)	10,00
Equip p/Audio Vídeo e Foto	(25.578,45)	0,00	(1.635,57)	(27.214,02)	10,00
Máquinas e Ferramentas Oficina	(7,50)	0,00	(45,00)	(52,50)	10,00
Outros Materiais Permanentes	(7.686,84)	0,00	(887,13)	(8.573,97)	10,00
Softwares	(36.435,31)	0,00	(5.829,60)	(42.264,91)	20,00
Ajuste de Vida Útil Econômica – Bens Terceiros	(2.990.092,18)	0,00	(172.184,52)	(3.162.276,70)	-

3.9 - Fornecedores As obrigações com fornecedores nacionais são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor das Notas Fiscais ou Faturas provenientes da compra de materiais, medicamentos e demais itens de consumo. O prazo médio de pagamento dos fornecedores é de aproximadamente 90 (noventa) dias. O saldo em 31.12.2022 foi de R\$ 185.350,80.

3.10 - Serviços de Terceiros Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceiros pessoa jurídica instituição, em sua grande parte relacionados a contratos de prestação de serviços médicos e não-médicos, tais como: Limpeza, Vigilância, Portaria, Manutenção e Contratos Médicos. O saldo em 31.12.2022 foi de R\$ 1.157.100,49. **3.11 - Salários a Pagar** De acordo com o Art. 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A instituição efetua o pagamento mensal das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. O saldo em 31.12.2022 foi de R\$ 478.371,15.

3.12 - Contribuições a Recolher Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS e FGTS. O saldo em 31.12.2022 foi de R\$ 102.364,89. **3.13 - Provisões de Férias e Encargos** Foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. **3.14 - Impostos a Recolher** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF sobre serviços pessoal próprio em regime CLT e ISS sobre serviços autônomos. O saldo total em 31.12.2022 foi R\$ 197.345,03. **3.15 - Benefícios** Convênios Odontológico e Saúde Bradesco adquiridos por alguns colaboradores, com desconto integral em folha de pagamento. O saldo em 31.12.2022 foi de R\$ 3.826,09.

3.16 - Obrigações Tributárias A obrigação tributária de acordo com o §1º do art. 113 do CTN, é aquela que surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. Constituem as obrigações de IRPJ, INSS, ISS e PIS/COFINS/CSLL relativos aos valores relacionados aos prestadores de serviços de terceiros contratados pela Unidade Gerenciada, o montante a pagar em 31.12.2022 referente aos impostos citados acima é de R\$ 79.636,65. **3.17 - Valores a Realizar Contrato (Circulante e não Circulante)** De acordo com Norma NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais Item 15A e ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, Itens 11 e 12, a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos no Contrato de Gestão com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do contrato, na execução da atividade operacional. O saldo a realizar a curto prazo em 31.12.2022 representa R\$ 14.059.339,12 e o saldo a realizar a longo prazo representa a quantia de R\$ 21.207.600,00 a serem realizados nos respectivos exercícios, até o final do contrato em 30.06.2025. **3.18 - Outras Contas a Pagar** Os valores evidenciados abaixo, referem-se a outras obrigações que num primeiro instante não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da Instituição. O saldo em 31.12.2022

que representam o objeto principal da entidade, mas a outras transações que são normais e inerentes à sua atividade, utilizando-se da Prevalência da Essência sobre a Forma. A título de não recuperabilidade de Contratos encerrados em exercícios anteriores foram realizadas as seguintes baixas:

Contrato De Gestão	Período De Execução	Valor (R\$)	Baixa
001.0500.000.058/2010	16/07/2010 A 16/07/2015	180.717,82	2020
001.0500.000.032/2015	17/07/2015 A 30/06/2020	1.662.486,33	2022

3.3.3 - Estimativas de Rescisão Contratual Em 31 de dezembro de 2020 a Instituição entendeu por bem que não caberia constituir Estimativa de Rescisão Contratual, em virtude da Cláusula nº 10 do Contrato de Gestão nº SPDOC nº 511844/2020 prevê que, os custos relativos à dispensa com pessoal serão arcados pelo órgão público contratante, não cabendo mais realizar tal provisionamento. **3.4 - Outros Créditos** São as contas a receber que não se enquadram nos grupos de contas anteriores, sendo contas a curto prazo normalmente não relacionadas com o objeto principal da instituição. **3.4.1 - Antecipação de Férias** A instituição efetua antecipação de férias, conforme prevê a legislação Trabalhista (CLT), em seu artigo, Art. 145, o pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono referido no art. 143 serão efetuados até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período, o saldo em 31.12.2022 foi de R\$ 12.482,10. **3.4.2 - Valor transitável** Em 2022 foi pago indevidamente o valor R\$ 127,75 e unidade gerenciada aguarda o ressarcimento por parte do prestador. **3.5 - Despesas Pagas Antecipadamente/Seguros** Representam valores referentes a prêmios de seguros de imóveis. Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil de Continuidade, o saldo em 31.12.2022 foi de R\$ 599,50. **3.6 - Estoques** Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, gêneros alimentícios e materiais de terceiros e comodatos até a data do balanço. Conforme se demonstra abaixo, o valor total escriturado em estoques no exercício de 2022 é de R\$ 279.978,46.

Tipo	Valores em Reais	
	2022	2021
Materiais Nutrição	5.682,39	2.986,17
Medicamentos	27.104,19	22.412,08
Materiais Médicos e Outros Mat. de Consumo	166.997,52	145.540,27
Materiais de Terceiros	80.194,36	53.776,96
Total	279.978,46	224.715,48

3.6.1 - Materiais de Terceiros em nosso Poder Os valores registrados nesta conta representam valores de materiais de terceiros recebidos em comodato, tais como, Disparadores para Agulha de biópsia, Medidor de Glicose e Incubadora para Indicador Biológico e o medicamento Avastin cedido pela Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo. O saldo em 31.12.2022 foi de R\$ 80.194,36. **3.7 - Contratos Públicos a Realizar - Longo Prazo** O valor registrado nesta conta em 2022 foi R\$ 21.207.600,00 relativo ao Contrato de Gestão SPDOC nº 511844/2020, proveniente da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo com período de execução 01/07/2020 a 30/06/2025.

3.8 - Ativo Imobilizado e Ativo Intangível - Bens de Terceiros O imobilizado da Unidade Gerenciada é composto por bens de terceiros os quais são classificados de modo a atender a legislação atual. Os bens de terceiros são frutos de aquisição realizada com recursos de contratos de gestão para os quais possuímos o Termo de Permissão de Uso. Os ativos passaram a estar distribuídos, conforme abaixo e no passivo o seu totalizador.

Demonstrativo da movimentação do Ativo Imobilizado e Intangível - Bens de Terceiros				
Descrição	Posição em 31/12/2021	Aquisição	Baixa	Posição em 31/12/2022
Apar Equip Utens Med Odont Lab	2.538.295,86	44.500,00	0,00	2.582.795,86
Equip Processamento de Dados	211.546,18	0,00	0,00	211.546,18
Mobiliário em Geral	421.949,25	1.680,00	0,00	423.629,25
Máq Utens e Equip Diversos	136.249,93	10.845,19	0,00	147.095,12
Aparelhos de Medição	40.289,55	105.000,00	0,00	145.289,55
Apar e Equip Comunicação	21.660,23	0,00	0,00	21.660,23
Apar e Utens Domésticos	16.185,6	0,00	0,00	16.185,6
Máquinas e Equip Energéticos	122.500,00	0,00	0,00	122.500,00
Equip p/Audio Vídeo e Foto	37.465,55	0,00	0,00	37.465,55
Outros Materiais Permanentes	9.569,62	0,00	0,00	9.569,62
Máquinas Ferramentas Utensílios de Oficina	450,43	0,00	0,00	450,43
Intangível - Softwares	185.105,40	0,00	0,00	185.105,40
Imobilizado e Intangível - Bens de Terceiros	3.741.267,60	162.025,19	0,00	3.903.292,79

saúde. **3.8.1 - Ajuste de Vida Útil Econômica** A instituição efetua o ajuste do tempo de vida útil dos bens de terceiros, de propriedade do contratante, através do método linear e utilizando as taxas anuais divulgadas em Nota explicativa (3.8 - Imobilizado), de modo a demonstrar o valor residual dos bens de terceiros. Os softwares são amortizados pelo tempo de vida útil estimado.

Demonstrativo da Movimentação do Ajuste de Vida Útil Econômica Bens de Terceiros					
Descrição	Posição em 31.12.2021	Baixa	Ajuste de Vida Útil	Posição em 31.12.2022	Taxas anuais médias de ajuste %
Apar Equip Utens Med Odont Lab	(2.050.328,43)	0,00	(123.875,41)	(2.174.203,84)	10,00
Equip Processamento de Dados	(193.828,32)	0,00	(4.383,84)	(198.212,16)	5,00
Mobiliário em Geral	(379.356,18)	0,00	(13.740,40)	(393.096,58)	10,00
Maq Utens e Equip Diversos	(106.970,67)	0,00	(9.092,12)	(116.062,79)	10,00
Aparelhos de Medição	(33.784,19)	0,00	(10.809,88)	(44.594,07)	10,00
Apar e Equip Comunicação	(21.660,01)	0,00	(0,22)	(21.660,23)	10,00
Apar e Utens Domésticos	(12.898,35)	0,00	(943,28)	(13.841,63)	10,00
Máquinas e Equip Energéticos	(121.557,93)	0,00	(942,07)	(122.500,00)	10,00
Equip p/Audio Vídeo e Foto	(25.578,45)	0,00	(1.635,57)	(27.214,02)	10,00
Máquinas e Ferramentas Oficina	(7,50)	0,00	(45,00)	(52,50)	10,00
Outros Materiais Permanentes	(7.686,84)	0,00	(887,13)	(8.573,97)	10,00
Softwares	(36.435,31)	0,00	(5.829,60)	(42.264,91)	20,00
Ajuste de Vida Útil Econômica – Bens Terceiros	(2.990.092,18)	0,00	(172.184,52)	(3.162.276,70)	-

foi de R\$ 1.091,14. **3.19 - Estimativas Contábeis** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, os mesmos foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. **3.19.1 - Contingências** Os conceitos aplicados para fins de constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na NBC TG 25 (R2) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota). No exercício de suas atividades de prestadora de serviços, em 2022, a Unidade Gerenciada possui as seguintes ações possíveis:

SPDM – AME Taboão da Serra				
Contingências Ativas	Trabalhista	Cível	Tributária	
Provável	0,00	0,00	0,00	
Possível	0,00	0,00	10.000,00	
Remota	0,00	0,00	0,00	
Contingências Passivas	Trabalhista	Cível	Tributária	
Provável	0,00	0,00	0,00	
Possível	273.219,12	7.066.455,59	0,00	
Remota	0,00	0,00	0,00	

8 - RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO Números dos Serviços Assistenciais Contratados e Realizados:						
Linha de Contratação	Contratado	1º Semestre		2º Semestre		Total 2022
		Realizado	Contratado	Realizado	Contratado	
Consulta médica especializada	23.106	21.364	23.106	21.302	46.212	42.666
Atendimento não médico	5.400	7.171	5.400	6.702	10.800	13.873
Cirurgia ambulatorial Maior (CMA)	5.020	5.667	5.400	5.400	1.080	1.107
Cirurgia ambulatorial Menor (cma)	1.020	1.067	1.020	981	2.040	2.041
SADT Externo	8.418	8.114	8.418	7.962	16.836	16.076
*Exames de Alta suspeição - Oncologia	0	20	0	0	0	20
Projeto Especial Corujão da Saúde - Oftalmologia	210	240	210	294	420	534
Total	38.694	38.536	38.694	37.781	77.388	76.317

Fonte: Sistema de Gestão em Saúde - SES

4 - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes, entre eles, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. **4.1 - Das Receitas Operacionais** Os recursos públicos obtidos através de contratos de gestão ou convênios é de uso restrito para custeio e/ou investimento das atividades operacionais. As receitas operacionais da instituição são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, Item 12, onde a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, sempre levando em consideração a Prevalência da Essência sobre a Forma, no reconhecimento de contratos ou convênios. **4.1.1 - Rendimentos sobre Aplicação Financeira – Receitas Financeiras com Restrição** Os recursos provenientes de convênios e contratos públicos, são eventualmente mantidos em conta de aplicação financeira, enquanto não utilizados para o custeio da Unidade Gerenciada. Os rendimentos sobre aplicações financeiras são reconhecidos como Receitas Financeiras no Resultado da Entidade, e transferidos para a conta de Passivo denominada "Convênios/Contratos Públicos a Realizar", em conformidade com o Item 29 da NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais. Em 2022 tais valores representam o montante de R\$ 30.619,25. **4.2 - Doações Recebidas** Eventualmente a Unidade Gerenciada recebe doações de pessoas jurídicas as quais utiliza no desenvolvimento de suas atividades. Durante o exercício de 2022 recebeu em doações de materiais médicos e medicamentos o total de R\$ 2.343,28. **4.3 - Auxílios, Subvenções e ou Convênios Públicos** São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à NBC TG 07 (R2)

▶continuação

Em relação aos "Exames de Alta Suspeição - Oncologia, devido a impossibilidade de cumprimento das metas nesta linha contratada em 2021, a Secretaria de Estado da Saúde autorizou que a meta fosse cumprida até o final do 1º trimestre de 2022.

8.1 - Relatório de Execução Orçamentária

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – EXERCÍCIO 2022

	Receitas	Custeio	Investimento
Repasse do Contrato	15.343.648,41		0,00
Resultado de Aplicação Financeira e Outras			
Receitas	52.615,11		0,00
Total das Receitas	15.396.263,52		0,00
	Despesas	Custeio	Investimento
Despesas com Pessoal	9.076.656,15		0,00
Despesas com Materiais, Serviços e Outras			
Despesas	6.211.054,63		0,00
Total das Despesas	15.287.710,78		0,00

9 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

A Instituição teve o seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-Saúde), deferido conforme Portaria SAS/MS nº 1.893, de 07 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 08/12/2016, com validade de 01/01/2015 à 31/12/2017, fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento das Contribuições Sociais, relativas a Cota Patronal e Outra Entidades (Terceiros). Em 30 de outubro de 2017, a Entidade protocolou, tempestivamente, junto ao Ministério da Saúde, o seu requerimento de renovação para o período de 01/01/2018 a 31/12/2020, conforme processo SIPAR nº 25000.463598/2017-21, o qual ainda aguarda deferimento pelo Ministério. Em 15 de dezembro de 2020, a Entidade protocolou, tempestivamente, o seu requerimento de renovação para o período de 01/01/2021 a 31/12/2023, conforme processo SIPAR nº 25000.177286/2020-01, o qual aguarda, também, o deferimento pelo Ministério da Saúde. Em 16 de dezembro de 2021, foi publicado no diário

oficial da União a Lei Complementar Nº 187, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes. Em face da transição para a Lei complementar, a Portaria 834 de 26/04/2016 apesar de vigente não faz menção a tal lei, assim como, se tem uma ausência de uma nova portaria até a presente data. Entretanto, no intuito de minimizar possíveis riscos, a Entidade vem cumprindo com o estabelecido na portaria 834/16 a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz, em seu artigo 30, a obrigatoriedade de constar na Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso VIII alínea "d") e, nas Notas Explicativas, o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso IX alínea "d"). Por se tratar de uma Entidade Beneficente de Assistência Social, portadora do CEBAS- Saúde, a SPDM possui isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas relativas às atividades próprias, conforme disposto no artigo 14, Inciso X, da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001. A partir do exercício de 2.019, com o êxito da ação referente ao reconhecimento da imunidade tributária com relação ao recolhimento do PIS, a Entidade passou a reconhecer em sua Demonstração do Resultado (DRE), o valor do benefício fiscal usufruído referente ao PIS sobre a folha de pagamento. Desta forma, para continuar cumprindo o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE as isenções usufruídas (COFINS, PIS sobre a folha de pagamento e INSS Patronal sobre a folha de pagamentos sobre serviços próprios e de terceiros Pessoa Física). O montante das isenções usufruídas durante o exercício de 2022 se encontra registrado em contas específicas de receita e totalizou R\$ 2.705.063,95.

9.1 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados Conforme descrito no item 9 - Contribuições Sociais, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei complementar 187/2021, a Entidade usufruiu no exercício de 2022, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica monta em R\$ 2.181.835,81. **9.2 - Isenção da Contribuição para**

o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2022 que foi de R\$ R\$ 443.687,64. **9.3 - Isenção do PIS sobre a Folha de Pagamento** A Entidade usufruiu da isenção da Programa Integração Social (PIS) sobre a folha no ano de 2022 o valor de R\$ 79.540,50. **10 - TRABALHO VOLUNTÁRIO** Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na (ITG) 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outro de prestadores de serviços voluntariado. Para o cálculo da remuneração que seria devida, a Entidade toma por base o número de Conselhos, o de Conselheiros e o tempo dedicado à atividade por cada um. Tomando como base o valor médio da hora multiplicado pelo número de horas chegou-se ao montante devido no mês, o qual foi dividido de maneira simples pelo número de unidades ativas no período. Para os demais trabalhos voluntários a valorização é feita pelo valor da hora da categoria a que pertence o voluntário. Em 2022, o trabalho voluntário estatutário representou o valor de R\$ 2.215,21. **11 - EXERCÍCIO SOCIAL** Conforme estabelece o art. 41 do Estatuto Social da Entidade, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.

Taboão da Serra, 31 de dezembro de 2022.

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor Presidente da SPDM

Dr. Vitor Sergio Kawabata - Diretor Técnico

Simone Gomes do Nascimento Fidler - Contadora CRC 1SP-270.999/O-7

"RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES"

Opinião sobre as demonstrações contábeis Examinamos as demonstrações contábeis da SPDM - ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA (AME TABOÃO DA SERRA) que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** Demonstração do valor adicionado: Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, como informação complementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos

controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os

controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 31 de março de 2023.
AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS
 CRC/SP 2SP 024298/O-3
Ivan Roberto dos Santos Pinto Júnior
 Contador CRC/RS 058.252/O-1
 CVM 7.710/04
 CNAI-RS-718

